



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior
Avenida Vicente Simões, 1111– Bairro Nova Pouso Alegre – 37550-000 - Pouso Alegre/MG
Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 033/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a aprovação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade – Câmpus Muzambinho.

O Reitor Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelos Decretos de 12 de agosto de 2014, DOU nº 154/2014 – seção 2, página 2 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 30 de junho de 2015, **RESOLVE:**

Art. 1º – **Aprovar** a alteração no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade Subsequente - Câmpus Muzambinho. (Anexo)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 30 de junho de 2015.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS**

**Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade
Subsequente**

Muzambinho - MG
2015

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

AUTORIDADES

PRESIDENTE DA REPÚBLICA:
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO:
Renato Janine Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
Marcelo Machado Feres

REITOR DO IFSULDEMINAS:
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:
José Mauro Costa Monteiro

PRÓ-REITOR DE ENSINO:
Carlos Alberto Machado Carvalho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:
Sérgio Pedini

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO:
José Luiz de Andrade Rezende Pereira

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO:
Cléber Ávila Barbosa

CONSELHO SUPERIOR - CONSUP

Presidente do Conselho Superior do IFSULDEMINAS

Reitor Marcelo Bregagnoli

Representante da SETEC/MEC

Paulo Rogério Araújo Guimarães e Marcelo Machado Feres

Representantes Diretores Gerais dos Câmpus

Miguel Angel Isaac Toledo del Pino, Luiz Carlos Machado Rodrigues, Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, Josué Lopes, Marcelo Carvalho Bottazzini

Representantes Corpo Docente

Liliane Teixeira Xavier e João Paulo Lopes
Letícia Sepini Batista e Luciano Pereira Carvalho
Evane da Silva e Raul Henrique Sartori
Beatriz Glória Campos Lago e Renê Hamilton Dini Filho
Flávio Santos Freitas e Rodrigo Lício Ortolan
Marco Aurélio Nicolato Peixoto e Ricardo Aparecido Avelino

Representantes Corpo Discente

Arthur Dantas Rocha e Douglas Montanheiro Costa
Adriano Viana e Luis Gustavo Alves Campos
Washington Bruno Silva Pereira e João Mario Andreazzi Andrade
Washington dos Reis e Talita Maiara Silva Ribeiro
João Paulo Teixeira e Pedro Brandão Loro
Guilherme Vilhena Vilasboas e Samuel Artigas Borges

Representantes Técnicos-Administrativos

Eustáchio Carneiro e Marcos Roberto dos Santos
Antônio Marcos de Lima e Alan Andrade Mesquita
Lucinei Henrique de Castro e Sandro Soares da Penha
Clayton Silva Mendes e Filipe Thiago Vasconcelos Vieira
Nelson de Lima Damião e Anderson Luiz de Souza
Xenia Souza Araújo e Sueli do Carmo Oliveira

Representantes Egressos

Renan Andrade Pereira e Leonardo de Alcântara Moreira
Christofer Carvalho Vitor e Aryovaldo Magalhães D'Andrea Junior
Adolfo Luis de Carvalho e Jorge Vanderlei Silva
Wilson Borges Bárbara e Lucia Maria Batista

Márcia Scodeler e Silma Regina de Santana

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Vilson Luis da Silva e José de Oliveira Ruela

Célio Antônio Leite e Idair Ribeiro

DIRETORES DE CÂMPUS

Câmpus Muzambinho
Luiz Carlos Machado Rodrigues

Câmpus Machado
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Câmpus Inconfidentes
Miguel Angel Isaac Toledo Del Pino

Câmpus Passos
João Paulo de Toledo Gomes

Câmpus Poços de Caldas
Josué Lopes

Câmpus Pouso Alegre
Marcelo Carvalho Bottazzini

COORDENADOR DO CURSO

Profa. Ms.Cristina Lúcia Janini Lopes
Graduação em Administração de Empresas
Pós Graduação em Administração Financeira
Mestrado em Política e Administração de Recursos Minerais
Doutoranda em Engenharia de Produção
15 anos em experiência docente

EQUIPE ORGANIZADORA

Profa. Ms. Lauisa Barbosa Pinto
Graduação em Administração
Mestrado em Administração
Doutoranda em Administração

Prof. Ms. Erasmo Aparecido Piccolo
Graduação em Ciências Contábeis
Mestrado em Ciências Contábeis
Licenciatura Plena em Matemática
Especialista em Contabilidade Gerencial e Controladoria
Especialista em Matemática Financeira e Estatística
Especialista em Gestão Empresarial

Ms. Abelardo Bento Araújo
Graduado em Pedagogia
Mestrado em Educação Tecnológica
Doutorando em Educação

SUMÁRIO

1	Identificação da Instituição	7
2	Caracterização Institucional do Câmpus de Muzambinho	9
3	Justificativa do Curso	15
4	Identificação do Curso	16
5	Objetivos	16
6	Requisitos e Forma de acesso	17
7	Perfil profissional de Conclusão e áreas de atuação	17
8	Matriz curricular e Ementa	18
9	Metodologia do Curso	36
10	Inclusão Educacional no Curso	37
11	Colegiado do Curso	39
12	Estágio Supervisionado	40
13	Prática Profissional	41
14	Critérios de aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores	41
15	Critérios e Procedimentos de Avaliação	42
16	Pessoal Docente e Técnico	44
17	Perfil de Conclusão, Diplomas e Certificados	47
18	Infraestrutura	47
19	Referências	48

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A institucionalização da Educação Tecnológica no Brasil é a maior revolução educacional acontecida na história do nosso país. Com a criação dos Institutos, ficou definido o papel das Instituições de Educação Tecnológica para o desenvolvimento local.

A Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, estabelece como um dos seus objetivos, o desenvolvimento de atividades de extensão “em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

Assim, as ações de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia terão como objetivo criar um intercâmbio com as empresas, mercado, poder público e sociedade civil para identificar demandas e obstáculos ao desenvolvimento local. A partir daí, buscar na ciência e pesquisa um suporte para a superação dos obstáculos e oferecer para a comunidade tecnologia, ensino e capacitação contextualizados com as demandas do território de abrangência do Instituto. Portanto, com o suporte tecnológico e a capacitação dos homens e das mulheres para a sua aplicação na comunidade, o Instituto efetiva na extensão a sua contribuição para o desenvolvimento local.

Em 2008, o Governo Federal avançou significativamente no que se refere à política de educação profissional e tecnológica do país com a criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008). Através da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), setenta e cinco unidades descentralizadas de ensino (Uneds), trinta e nove Escolas Agrotécnicas, sete escolas Técnicas Federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No sul de Minas Gerais, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de ensino médio e técnico, foram unificadas, surgindo, assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

A instituição se organiza como autarquia educacional multicâmpus, com proposta orçamentária anual para cada Câmpus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito aos recursos humanos, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais

têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais nos seguintes Câmpus: Inconfidentes; Machado Muzambinho; Passos; Poços de Caldas; Pouso Alegre; Carmo de Minas; Três Corações e a Reitoria em Pouso Alegre, como pode ser observado na figura 1 a seguir.

A Reitoria interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos câmpus. Sediada em Pouso Alegre, sua estratégica localização, permite fácil acesso aos câmpus e unidades do IFSULDEMINAS. A missão do Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

Atualmente, o IFSULDEMINAS oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores (de tecnologia, bacharelado e licenciatura) e de pós-graduação *latu sensu*, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

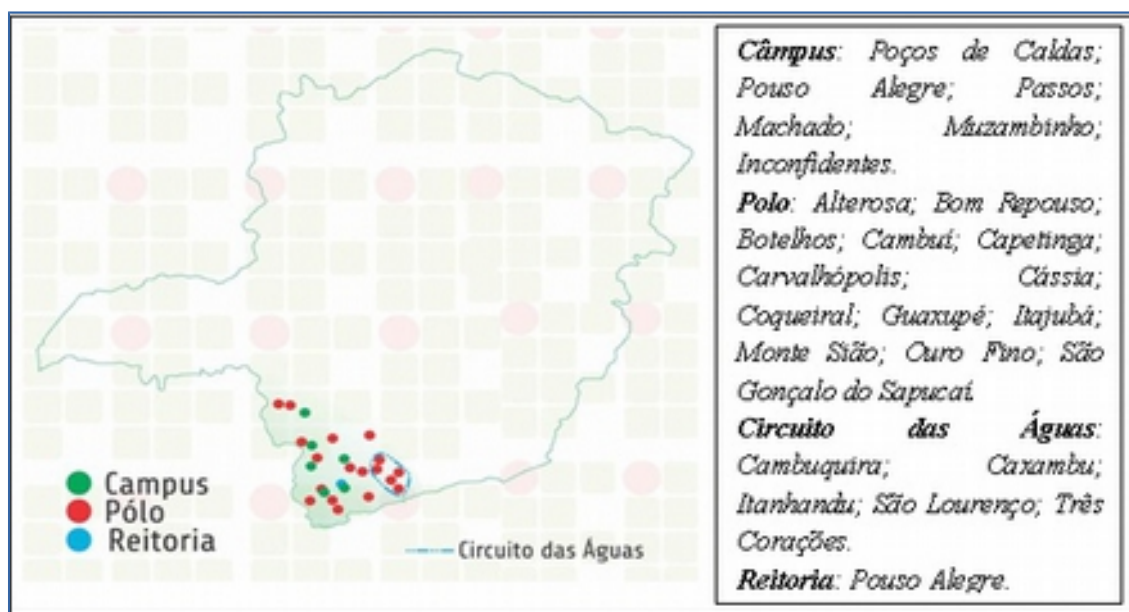


Figura 1: Ilustração da localização das unidades do IFSULDEMINAS no estado de Minas Gerais

Seguem informações sobre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, órgão a que os Institutos Federais, entre os quais o IFSULDEMINAS, estão subordinados (quadro 1), e acerca da Reitoria do IFSULDEMINAS (Quadro 2).

Quadro 1: Dados referentes à SETEC.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Marcelo Machado Feres
Endereço da Entidade	Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

Quadro 2: Dados referentes à Reitoria do IFSULDEMINAS.

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	
Gerais	
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço da Reitoria	Avenida Vicente Simões, 111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37550-000
DDD/Telefone	(35) 3421-9371
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

2 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CÂMPUS MUZAMBINHO

A cidade de Muzambinho está localizada em Minas Gerais, estado com 586.528 Km² e dividido em 853 municípios, sendo caracterizado pela regionalização e diversidade de sua economia e recursos naturais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), a mesorregião do Sul de Minas Gerais, onde está localizado o IFSULDEMINAS, é formada por dez microrregiões, 146 municípios e aproximadamente 2,5 milhões de habitantes.

O município de Muzambinho apresenta, em 2014, uma população estimada segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 21.012 habitantes e área territorial de 409.948 km² (IBGE, 2010). Sua economia fundamenta-se, primeiramente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária, e por último no setor de indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresenta o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário (figura 2).

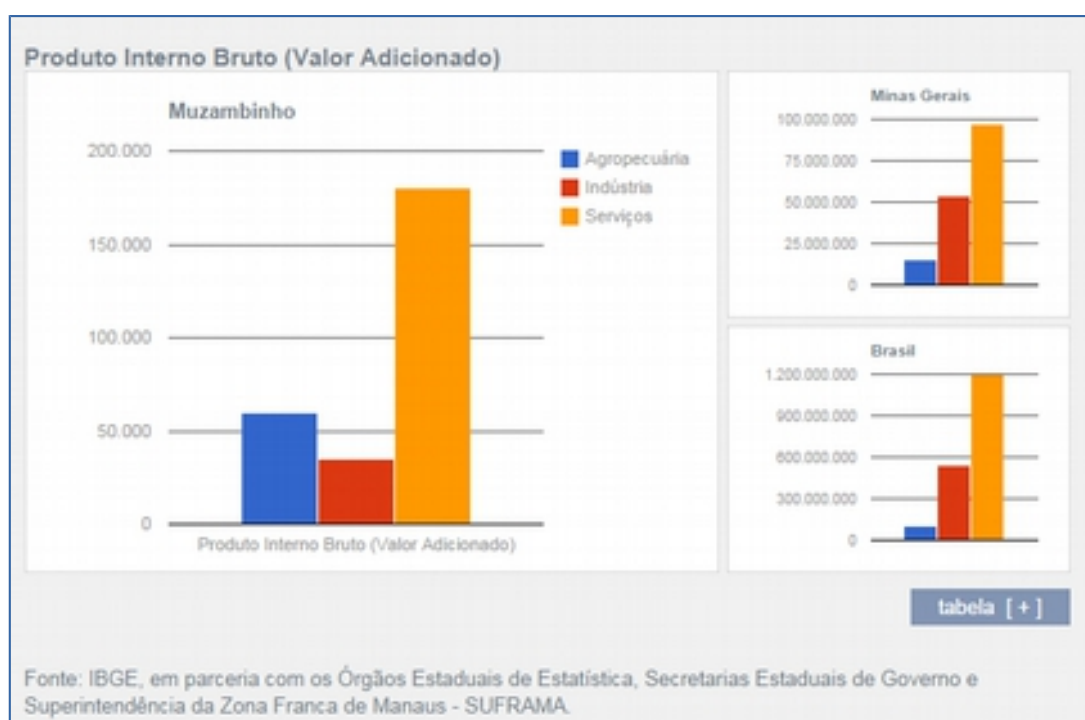


Figura 2. Análise da Economia de Muzambinho – contextualização estadual/federal.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE (2010)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho está localizado na região Sul do Estado de Minas Gerais,

Estrada de Muzambinho – Km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município de Muzambinho. E vem exercendo forte influência sobre aproximadamente 60 cidades em seu entorno. É uma região eminentemente agropastoril. A economia do município é baseada na agricultura e pecuária. O principal produto, assim como em todo o Sul de Minas, é o café.

A missão do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho, nos seus 61 anos de Ensino Agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região. Neste contexto, uma das missões desta instituição é capacitar, promover e apoiar os agricultores familiares, as associações comunitárias rurais, cooperativas e as associações de produtores, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Promovendo uma educação de excelência por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias, e ainda, proporcionando o desenvolvimento da região sul - mineira, buscando através da formação dos seus alunos, alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico, para fixação do homem no campo como agente difusor das tecnologias de convivência e recuperador dos fatores ambientais essenciais à sua sobrevivência.

A história da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho começou com a promulgação da Constituição Federal de 1946, quando, através do Parágrafo 3º do Artigo 18, foram criadas escolas agrícolas para formarem técnicos agrícolas entre os filhos de pequenos produtores rurais. Eurico Gaspar Dutra era o presidente da República (1946 a 1951) através do Decreto de Lei n.º 9.613, de 20 de Agosto de 1946 e dos artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20 de Janeiro de 1947, foram delineados os mecanismos para desenvolver tais escolas. O então Deputado Federal Dr. Lycurgo Leite Filho iniciou um exaustivo trabalho para conseguir a instalação de uma Escola Agrícola em Muzambinho.

No dia 22 de outubro de 1948, finalmente os esforços do Dr. Lycurgo Leite Filho se concretizaram e foi assinado o primeiro Termo de Acordo entre o Governo Federal e o Estado de Minas Gerais, com validade de um ano, para instalar no Município de Muzambinho a Escola Agrotécnica, ligada ao ministério da Agricultura, sendo Ministro o Dr. Daniel Serapião de Carvalho.

No dia 31 de Dezembro de 1948, chegou à cidade o Dr. Hercílio Vater Faria,

engenheiro agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura, para receber a gleba de terras, onde seria instalada a Escola Agrícola, que deveria ser doada pela prefeitura. Esse fato deixou a cidade em polvorosa, uma vez que essa gleba deveria ser entregue naquele dia, o último do ano. O então prefeito municipal, Sr. Messias Gomes de Mello ficou diante de um sério problema quando o engenheiro lhe apresentou a Portaria da SEAV segundo a qual a doação deveria ser efetivada impreterivelmente naquele dia, caso contrário à cidade perderia o direito à Escola.

Em Janeiro do ano de 1949, a Prefeitura Municipal de Muzambinho, através de procuração, outorga poderes ao Deputado Estadual Dr. Manoel Taveira de Souza para assinar a Escritura de doação ao Governo da União, através do Serviço do Patrimônio da União. No dia primeiro de Julho de 1949, iniciou-se oficialmente a construção da Escola Agrotécnica de Muzambinho. O projeto dos jardins ficou a cargo do Dr. Coutinho do SEAV.

As obras foram paralisadas em outubro de 1950 devido à dificuldade do repasse de verbas para pagamento de pessoal. Era, coincidentemente, ano de eleições presidenciais e o Executor do Acordo, Sr. Hercílio Vater de Faria, foi convocado a comparecer ao Rio de Janeiro onde ficou até as eleições.

Em 1951, as obras foram reiniciadas e, em dezembro de 1952 o Dr. Lycurgo Leite Filho conseguiu verba suplementar do Governo para a construção de uma usina hidrelétrica. Após o levantamento da bacia hidrográfica e dos estudos concernentes ao assunto, teve início a Concorrência Pública, cabendo à firma Siemens Schuckert S.A. o fornecimento das turbinas. Todo o material utilizado foi fabricado em Heidenheim, sul da Alemanha, especialmente para a Escola. Provavelmente houve uma parceria entre a Siemens e a Voith para o fornecimento dos equipamentos.

Na primeira quinzena de fevereiro de 1952 foram realizadas as inscrições para o primeiro vestibular do Curso de Iniciação Agrícola, com início das aulas previsto para o princípio do mês de março daquele ano, sob a direção do Dr. Hercílio Vater de Faria. Ao todo se inscreveram quatrocentos e cinquenta e três candidatos, sendo classificados cento e quarenta e seis.

Na Segunda quinzena do mês de fevereiro a Escola recebeu a visita do então Ministro da Agricultura, Dr. João Cleóphas, do Deputado Dr. Lycurgo Leite Filho e de Membros do Gabinete Ministerial a fim de realizarem uma inspeção para promover a vinda do Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, para a

inauguração oficial do Estabelecimento.

No dia 22 de Novembro de 1953 chegou a Muzambinho o Presidente da República, Getúlio Vargas, acompanhado de uma comitiva para a inauguração da Escola Agrotécnica de Muzambinho.

Em Agosto de 1954 começou a funcionar a Usina Hidrelétrica que, desde 1952, estava sendo construída sob supervisão do senhor Francisco Leonardo Cerávolo e desde então tem servido à Escola apesar das dificuldades de manutenção.

Em 1956, o Dr. Hercílio Vater de Faria foi substituído na direção da Escola Agrícola pelo Dr. Marcelo Diógenes Maia, de acordo com a Portaria Ministerial n.º 434, de 20 de Abril de 1956, em função das modificações políticas por que o país vinha passando.

Em Outubro do mesmo ano, assumiu a Direção da Escola o Dr. Paulo de Azevedo Berutti, substituindo o Dr. Marcelo que foi designado para dirigir a Escola de Iniciação Agrícola de Machado.

Em Dezembro de 1958 o diretor da Escola suprimiu o Curso Técnico Agrícola, colocando 57 alunos em sérias dificuldades, sendo que, com esforços próprios, conseguiram matrículas em Barbacena, Pinheiral e Santa Tereza.

Novamente, em 1961, a direção da escola foi substituída, desta vez pelo Dr. Darcy Rodrigues da Silva.

Em 1964 volta a funcionar o curso Técnico Agrícola, com 42 alunos na primeira série. Pelo Decreto n.º 53.558, de 13 de fevereiro de 1964 a Escola passa a denominar-se “Colégio Agrícola de Muzambinho”. Neste mesmo ano o Estado de Minas Gerais deixou de depositar suas cotas para a manutenção do Colégio, conforme o Acordo firmado em 1948 e, por isso foi rescindido.

Em Abril de 1967, assumia a Direção do Colégio o Professor José Rossi, substituindo o Dr. Darcy Rodrigues da Silva. Em Maio deste ano, de acordo com o Decreto n.º 60.731, do dia 19, o Colégio foi transferido do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com todo seu material e pessoal.

Em Dezembro de 1969 foi extinto o Curso Ginásial, passando a funcionar somente o Colegial Agrícola.

Em Dezembro de 1976 iniciavam-se os primeiros planos para a ampliação do Colégio, também neste ano formava-se a primeira turma de Técnicos em Agropecuária.

Em 1977 teve início as obras de ampliação do colégio sendo a primeira etapa de construção de um pavilhão para a administração, reforma de dois alojamentos e construção de um reservatório para 30.000 litros d'água.

O último decênio foi altamente decisivo, não apenas para a Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, mas para todo o ensino Agrícola Federal de 2º grau com a criação da COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, tendo à sua frente o dinâmico e entusiasta educador Dr. Lamounier Godofredo Júnior que remodelou e equipou todas as 33 Escolas Agrotécnicas não apenas na parte física, mas também na parte pedagógica.

A Escola possui a Cooperativa que além de oferecer as condições para aprendizagem da doutrina e dos mecanismos cooperativistas, propicia condições para comercialização do excedente de produção cuja renda é revertida para a manutenção dos projetos agropecuários.

A Escola conta, ainda, com um coral, uma fanfarra e aulas de judô entre outras atividades extracurriculares integrando escola e comunidade, num trabalho exemplar de seus diretores.

Na sua existência sempre ligada ao Ensino Agrícola, recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho e pelo Decreto nº 83.935 de 04/09/1979 até 29 de dezembro de 2008, Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho-MG. A partir desta data passou a ser denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – câmpus Muzambinho.

O IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino Superior, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa: transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e a condição de Muzambinho frente a esse contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho, assim como às demandas da sociedade, em geral. É justamente nesta

perspectiva que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS - Câmpus Muzambinho (Quadro 3).

Quadro 3 Identificação do IFSULDEMINAS- Câmpus Muzambinho

Nome do Instituto		Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Câmpus Muzambinho	
CNPJ		10.648.539/0002-96	
Nome do Dirigente		Diretor: Luiz Carlos Machado Rodrigues	
Endereço do Instituto		Estrada de Muzambinho, km 35 Cx Postal: 3	
Bairro		Morro Preto	
Cidade	Muzambinho	UF - MG	CEP 37890-000
Fone - fax		(35) 3571-5051	

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Foi assinado, no dia 11 de fevereiro de 2014 o termo de cooperação técnica que estabelece a parceria entre o IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho e a prefeitura tendo em vista a administração do Colégio Comercial Dr. José Januário de Magalhães.

Através dessa parceria o Instituto e a prefeitura se comprometem a acompanhar, orientar e coordenar as etapas didático-pedagógicas, documentais e de registros escolares de cursos, além de atuar de forma a promover melhorias nos cursos oferecidos e na infraestrutura do colégio. O Curso Técnico em Contabilidade Subsequente proporcionará a formação de profissionais capacitados a realizar atividades relativas às demandas de empresas públicas e privadas.

O curso seguiu como base para sua reformulação o Currículo Referência do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos em conformidade com o Programa Nacional de ensino Técnico e emprego nos termos do artigo 20 da Lei 12.513/2011 e assim atendem as normas regulamentares nacionais. É composto por disciplinas que propiciarão ao egresso a atuação em pequenas, médias e grandes empresas, tanto do setor privado como do setor público.

A região próxima a Muzambinho envolve atividades empreendedoras clássicas para a região, como o setor de cafeicultura (toda a região), sojicultura (Nova Rezende), confecção de *lingerie* (Nova Rezende e Juruaia), além dos laticínios e artesanatos em Muzambinho, que gerou muito emprego para o município e região no passado. Muzambinho pode ser considerado um ponto estratégico para

o desenvolvimento tecnológico, pois se situa em torno de vários municípios socialmente importantes, tais como Ribeirão Preto, Mococa, São Sebastião do Paraíso, Poços de Caldas, Guaxupé e Alfenas.

O IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho é uma instituição com o objetivo de atender parte da demanda local. Além do seu compromisso com a formação de profissionais que tenham o sentido de ética, do respeito aos direitos humanos, da convivência pacífica e civilizada, do respeito ao que é público, da consciência da igualdade humana, os seus vários cursos procuram habilitar para o trabalho os que buscam para complementar sua formação.

A Contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos, tendo surgido pela necessidade de controle do patrimônio. Seu desenvolvimento se deu com a busca de instrumentos que permitissem ao gestor do patrimônio controlar e mensurar resultados e, a partir de informações geradas tomar suas decisões. Com o passar do tempo, a contabilidade passou a interessar a vários tipos de usuários como, por exemplo, acionistas e fornecedores. A contabilidade tem conquistado importância em todas as organizações. É mais do que uma exigência legal, é também uma fonte de informações importantes na gestão das empresas. No que se refere à legislação, o Novo Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002) traz a obrigatoriedade da escrituração contábil e a exigência da realização do balanço anual e o de resultado econômico, assinado por profissionais da contabilidade juntamente com o empresário (art. 1.182). A atuação do profissional contábil, além do aspecto operacional, de registros, também alcança a gestão de informações, aumentando sua contribuição para o crescimento das organizações. Sendo a contabilidade importante e necessária em todas as organizações e considerando o crescimento do número de empresas, são necessários profissionais habilitados na área contábil. Com isso, o Técnico em Contabilidade tem uma grande possibilidade de atuação e pode trabalhar tanto em empresas públicas como privadas ou, ainda, em empresa própria.

4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso: Curso Técnico em Contabilidade Subsequente

Modalidade: presencial

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Local de funcionamento: IFSULDEMINAS - Câmpus Muzambinho

Rodovia Muzambinho, km 35 - Bairro: Morro Preto

Ano de implantação da reformulação: 2015

Habilitação: Técnica em nível médio em contabilidade

Número de vagas oferecidas: 40

Forma de ingresso: Processo Seletivo

Periodicidade de oferta: semestral

Carga horária: 1005 h

Estágio Curricular 150 h

Libras (optativa): 30h

Total da Carga Horária: 1185 h

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Formar profissionais na área de contabilidade com condições de assumir responsabilidades nas áreas de finanças e contabilidade suprimindo as necessidades de mão de obra especializada e promovendo a inclusão social de pessoas por meio da profissionalização.

5.2 Objetivos específicos

- Proporcionar aos profissionais que já atuam na área a oportunidade de obterem novos conhecimentos e o título de Técnico em contabilidade
- Desenvolver subsídios para que o egresso possa executar de forma eficiente trabalhos em equipe promovendo a boa relação e gestão de pessoas;
- Desenvolver conhecimentos para a realização de trabalhos ligados à área financeira, tais como elaboração de relatórios contábeis e orçamentos e cálculos tributários e financeiros, bem como compreender os contextos micro e macro econômicos;
- Formular e desenvolver a estrutura de custos e precificação;
- Permitir o aprendizado relativo a executar funções ligadas a toda a parte financeira;

- Valorizar a formação para a ação de forma ética no ambiente de trabalho e na sociedade.

6. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

O acesso ao curso será garantido aos candidatos classificados no processo seletivo que poderá ser realizado semestralmente. O processo seletivo será por inscrição e aprovação no vestibular.

6.1. Pré-requisito para o ingresso

O candidato ao processo seletivo deverá:

- Ter concluído o ensino médio ou equivalente.

7 PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O egresso do curso deve ter uma capacitação profissional que contemple suas competências tecnológicas, de gestão e humanas, de forma que esteja preparado para tratar com os três componentes de um sistema: tecnologia, processos e pessoas. Constitui-se em um profissional capaz de executar e apoiar os trabalhos de contabilização, montagens dos balancetes e demonstrações contábeis. Dessa maneira, o egresso do Curso Subsequente em Contabilidade estará apto a:

- Atuar em processos administrativos de pequenas e médias empresas, bem como em seu próprio negócio;
- Executar atividades de apoio nas áreas de gerenciamento e controle das organizações;
- Observar procedimentos que tenham uma visão precisa do patrimônio e desempenho dos resultados da empresa e a legislação pertinente;
- Exercer atividades com espírito empreendedor e ético;

Além de habilidades específicas da qualificação profissional, o egresso deve estar apto a:

- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social;

- Envolver-se em processos de socialização organizacional;
- Perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe.

8 MATRIZ CURRICULAR E EMENTA

A matriz curricular está organizada em três módulos. Constituem-se de disciplinas teórico-práticas de 45 minutos que servirão de base para o cumprimento do seu estágio obrigatório de 150 horas.

Visando a uma formação com qualidade e que responda aos interesses da demanda profissional e empresarial, as disciplinas estão agrupadas em três eixos temáticos, a saber:

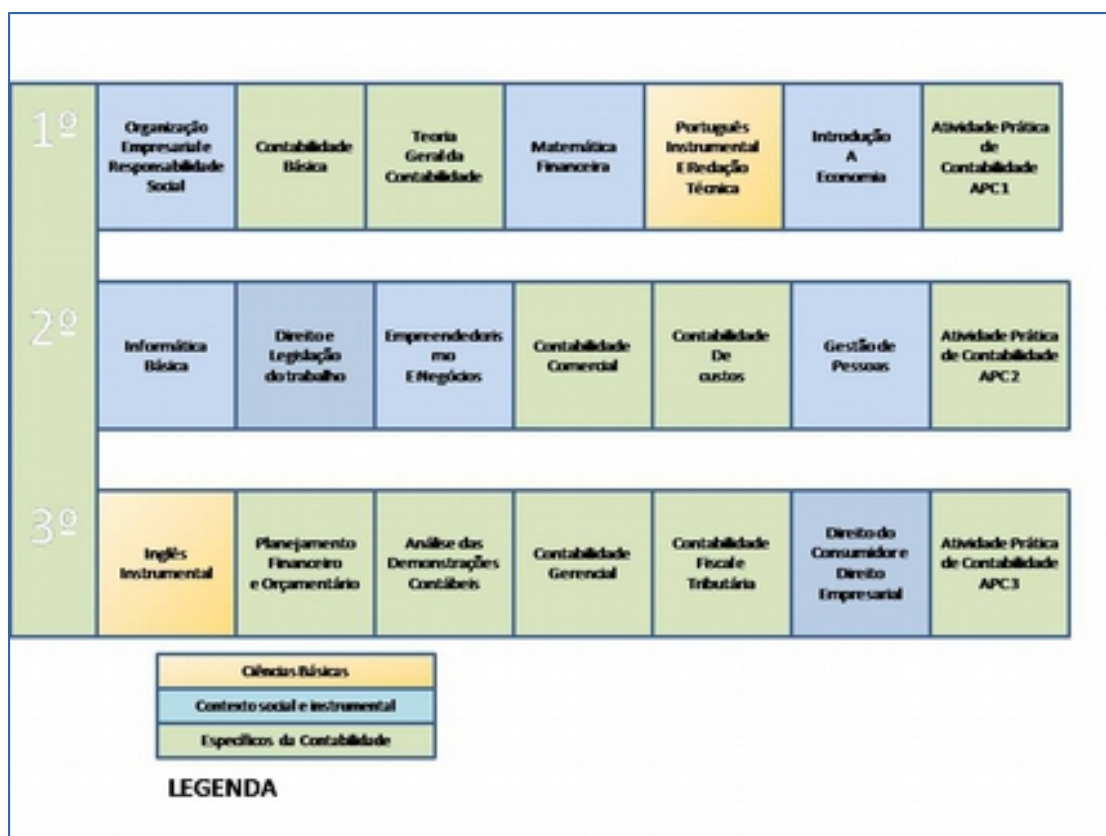
Ciências Básicas: disciplinas embasadas em diversas ciências que contribuem para a formação do profissional da Contabilidade;

Contexto Social e Instrumental: disciplinas originárias de outras ciências que apresentam técnicas e processos utilizados pela Contabilidade, em especial ciências exatas, humanas, jurídicas e de informática.

Específicos da Contabilidade: disciplinas específicas da área de Contabilidade, envolvendo todo o processo contábil empresarial, abrangendo tanto o setor público quanto o privado.

As disciplinas e eixos temáticos podem ser visualizados no Quadro 4:

Quadro 4 - Agrupamento das disciplinas em eixos temáticos



1º Módulo -

DISCIPLINA	aulas	horas
Organização Empresarial e Responsabilidade Social	60	45
Contabilidade Básica	80	60
Teoria Geral da Contabilidade	60	45
Matemática Financeira	100	75
Português Instrumental e Redação Técnica	60	45
Introdução a Economia	60	45
APC 1 – Atividades de Práticas Contábeis	40	30
Total	460	345

2º Módulo -

DISCIPLINA	aulas	Horas
Informática básica	80	60
Direito e Legislação do Trabalho	60	45
Empreendedorismo e Negócios	60	45
Contabilidade Comercial	60	45
Contabilidade de Custos	80	60
Gestão de Pessoas	60	45
APC 2 – Atividades de Práticas Contábeis	40	30

Total	440	330
Libras (optativa)	40	30
Total	480	360

3º Módulo -

DISCIPLINA	aulas	Horas
Inglês Instrumental	40	30
Planejamento financeiro e orçamentário	80	60
Análise das demonstrações contábeis	80	60
Contabilidade gerencial	80	60
Contabilidade Fiscal e tributária	60	45
Direito do Consumidor e Direito Empresarial	60	45
APC 3 – Atividades de Práticas Contábeis	40	30
Total	440	330

Disciplina: Organização Empresarial e Responsabilidade Social

Carga horária 60 aulas

45 horas

Período/módulo: 1º módulo

Ementa

Modelos de Gestão de Empresas, Planejamento e Controle Administrativo, Técnicas de Gerenciamento de forma a demonstrar como as organizações modernas inserem-se na sociedade em um contexto de alta competitividade, concorrência e globalização.

Estruturas Organizacionais. Departamentalização e Descentralização. Organograma e fluxograma. O Contrato social. Formas de constituição das empresas

Ética, moral e valores. A Interação entre empresa com a Sociedade. Relações Étnicas Raciais. Responsabilidade Social. A Mensuração da Geração e distribuição de riqueza das empresas. Balanço Social.

Bibliografia Básica

CAMPOS, A.; BARSANO, P. **Administração; guia prático e didático**. São Paulo. Editora Érica. 2009

FERREIRA, V.C.P. **Modelos de Gestão**. Rio de Janeiro FDV. 2008

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas

Bibliografia Complementar

FAVA, R. **Caminhos da Administração**. São Paulo. Thomson Pioneira. 2003.

FERREIRA, V.C.P. **Modelos de Gestão**. 3 ed. Rio de Janeiro FDV. 2008

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade Social**. 1 ed. Petrópolis Vozes 2004

MAXIMINIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo. Editora Atlas. 2007

VASCONCELLOS, Eduardo. **Estrutura das organizações**: estruturas tradicionais, estruturas para inovação, estrutura matricial. 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

Disciplina: Teoria Geral da Contabilidade	
Carga horária - horas: 60 aulas	45 horas
Período/módulo: 1º módulo	
Ementa	
<p>Origem e evolução histórica da contabilidade. História da contabilidade no Brasil Conceitos e objetivos da contabilidade. Princípios e normas contábeis. Demonstração do Resultado do exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos acumulados, Demonstração de Fluxo de caixa, Demonstração de valor adicionado. Ativo e sua avaliação. Passivo e sua mensuração. Contabilização por balanços sucessivos.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. São Paulo . Atlas, 2010. RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. Estudando teoria da contabilidade. São Paulo. Atlas, 2009. SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K. Teoria da contabilidade. Atlas, 2013.</p>	
Bibliografia complementar	
<p>MARION, J. C. Contabilidade básica. São Paulo:Atlas, 2010. PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade básica. São Paulo: Atlas. 2014. RIBEIRO, O.M. Contabilidade Geral – Fácil. São Paulo: Saraiva, 2013 SUNDER, S. Teoria da contabilidade e do controle, São Paulo . Atlas, 2014. VELHANI, C. L. Introdução à contabilidade. São Paulo: Atlas, 2014.</p>	
<p>SOUZA, A.B. Curso de administração financeira e orçamento. São Paulo. Atlas, 2014</p>	

Disciplina: Português Instrumental e Redação Técnica	
Carga horária : 60 aulas	45 horas
Período/módulo: 1º módulo	
Ementa	
<p>Leitura e compreensão de textos pertencentes a gêneros variados. Abordagem pontual de elementos linguísticos, discursivos e situacionais que permitam ao aluno produzir textos orais e escritos adequados a diferentes gêneros e situações de comunicação da área de Vendas: textualização de textos técnicos e informativos em textos promocionais; produção de relatórios escritos e apresentações orais. Estratégias de aprendizado; leitura e compreensão de textos da área contábil; Análise e produção textual.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p>	

MELLO, Fernanda Mello. **Português Instrumental**. Gestão e Negócios. Série Eixos. 1ª edição. São Paulo: Erica, 2014

Bibliografia complementar

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1995

KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5.ed. São Paulo: Global, 2009

Disciplina: Introdução a Economia

Disciplina: APC 1 – Atividades de Práticas de Contabilidade

Carga horária 40 aulas

30 horas

Período/módulo: 1º módulo

Ementa

Tema a ser desenvolvido: Organização Empresarial e Responsabilidade social (e/ou demais temas que contemplem o módulo e suas disciplinas)

Fundamentação Teórica das disciplinas que compõem o núcleo específico do módulo.(referente ao tema e ao aspecto ou desafio que será analisado e para o qual haverá sugestões de melhoria).

Aplicação da teoria em caso real.

Bibliografia Básica

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. **Teoria geral da administração**: gerenciando organizações. 3. ed. , rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

KROETZ. César Eduardo Stevens. **Balanco Social Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Comportamento organizacional**: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar

SILVA, Cesar Augusto Tiburcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). **Balanco social**: teoria e pratica. São Paulo: Atlas, 2001

TINOCO, João Eduardo Prudêncio (Org.). **Balanco Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade publica. São Paulo: Atlas, 2001

VASCONCELLOS, Eduardo. **Estrutura das organizações**: estruturas tradicionais, estruturas para inovação, estrutura matricial. 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

WAGNER, Jhon A.; HOLLENBECK, Jhon R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

2º Módulo

Disciplina: Informática Básica	
Carga horária 80 aulas	60 horas
Período/módulo: 2º módulo	
Ementa	
Apresentar os fundamentos básicos de manuseio de software aplicativos com ênfase em software livre. Apresentar uma visão geral das técnicas e ferramentas e tecnologias existentes no mercado voltado para demandas de escritório. Conduzir ao uso das principais funções de editores de texto: mala direta, dentre outras. Planilhas eletrônicas. Principais funções: formatação de planilha, impressão e criação de fórmulas, gráficos, dentre outras. Gerenciadores de apresentação: criação de slides, transição, efeitos e conteúdo multimídia, dentre outras.	
Bibliografia Básica	
MANZANO, José Augusto N.G. BrOffice 3.2.1: Guia Prático de Aplicação . 1 edição. São Paulo: Érica. 2010 RODRIGUES, Heloísa H.C. Aprender BrOffice – exercícios Práticos . Pelotas: UFPel, 2009 VELLOSO, Fernando C. Informática: Conceitos básicos . 8ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2011	
Bibliografia complementar	
MARÇULA, Marcelo. Informática: Conceitos e Aplicações . 3ed. São Paulo: Érica, 2008 MANZANO, André Luiz N.G. Estudos Dirigidos de Microsoft Office PowerPoint 2010 . 1 ed. São Paulo: Érica, 2010 MCFEDRIES, Paul. Fórmulas e Funções com Microsoft Excel . Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2005 MOTA, José Carlos. Dicionário de computação e Informática . Rio de Janeiro: editora Ciência Moderna, 2010 SILVA, Mário Gomes. Informática: Terminologia Básica: Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Access 2003 e Microsoft Office Powerpoint 2003 . 2 ed. São Paulo: Érica, 2007	

Disciplina: Direito e Legislação do Trabalho
Carga horária - 60 aulas - 45 horas
Período/módulo: 2º módulo
Ementa
A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o estabelecimento do Estado Democrático de Direito: Princípios, Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais. Os Direitos dos Trabalhadores na Constituição de 1988 e na CLT. Relação de emprego. Contrato de trabalho. Empregado e empregador. Jornada de trabalho, duração e intervalos. Férias. Alteração, suspensão e interrupção do Contrato de Trabalho. Rescisão do Contrato de Trabalho e cálculos trabalhistas. Justiça do Trabalho. Prescrição e Decadência
Bibliografia Básica
BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho . São Paulo: Saraiva: 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2014.

COTRIM, G.V. **Direito e legislação: introdução ao direito**. São Paulo: Saraiva, 2004

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2013.

Bibliografia complementar

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013

MAMEDE, G. **Direito empresarial: Teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2014

OLIVEIRA, A. **Consolidação da legislação previdenciária**. São Paulo: Atlas, 2004

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial (coleção)**. São Paulo: Atlas, 2014

Disciplina: Empreendedorismo e Negócios

Carga horária - 60 aulas

45 horas

Período/módulo: 2º módulo

Ementa

Empreendedorismo: conceituação, importância, oportunidades de negócios e cenários.

Habilidades e competências do empreendedor. Plano de negócios: conceituação, importância e estrutura do plano de negócio; estabelecendo estratégias; estratégias de marketing; e planejamento financeiro. Oficinas de Modelo de Negócios. Inovação. Criando a empresa: legalidade, tributos, questões burocráticas e outros aspectos relevantes.

Bibliografia Básica

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HISRIC, Robert D.; PETERS, Michael P. e SHEPHER, Dean A. **Empreendedorismo**. 7.ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2009

Bibliografia complementar

ANGELO, Eduardo – **Empreendedor Corporativo**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BERNARDI, Luiz - **Manual de empreendedorismo e Gestão: Fundamentos Estratégias e Dinâmicas**. São Paulo: Atlas 2003

CHIAVENATO, Idalberto – **Empreendedorismo: Dando Asas ao Espírito Empreendedor**. Rio de Janeiro: Saraiva 2004.

DORNELAS, José – **Empreendedorismo**. São Paulo: Campus, 2001.
 SUN, Tzu – **A Arte da Guerra**. São Paulo: Ed. L&PM Pocket, 2001

Disciplina: Contabilidade Comercial	
Carga horária 60 aulas	45 horas
Período/módulo: 2º módulo	
Ementa	
Noção de comércio e instituições comerciais. Classificação de sociedades. Esquema básico de escrituração contábil. Plano de contas de empresas comerciais. Constituição de empresas. Impostos e taxas sobre vendas. Operações entre matriz e filial. Operações com mercadorias.	
Bibliografia Básica	
MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. Contabilidade comercial : atualizado conforme Lei n. 11.638/07 e 11.941/09. São Paulo Atlas, 2010. RIBEIRO, O. M. Contabilidade comercial fácil . São Paulo Saraiva, 2009. SOUZA, A. B. Contabilidade de empresas comerciais . São Paulo .Atlas, 2002.	
Bibliografia complementar	
MARION, J. C. Contabilidade empresarial . São Paulo Atlas 2012. MARION, J. C. Contabilidade básica . São Paulo. Atlas, 2010. REIS, L. G. R.; GALLO, M. F.; PEREIRA, C. A. SUNDER, S. Teoria da contabilidade e do controle , 2014. São Paulo. Atlas, 2012. SUNDER, S. Teoria da contabilidade e do controle , São Paulo. Atlas, 2014. TACHIZAWA, T. Organizações não governamentais e terceiro setor : criação de ONGs e estratégias de atuação. Atlas, 2012.	

Disciplina: Contabilidade de custos	
Carga horária: 80 aulas	60 horas
Período/módulo: 2º módulo	
Ementa	
Princípios contábeis aplicados em custos. Terminologia e classificação de custos. Custeio direto e por absorção. Critério de rateio. Departamentalização. Formação do preço de venda.	
Bibliografia Básica	
COGAN, S. Custos e formação de preços: análise e prática . São Paulo: Atlas, 2013 MARTINS, E. Contabilidade de custos . São Paulo: Atlas: 2013 NAKAGAWA, Masayuki. ABC – Custeio baseado em atividades . 2a ed., São Paulo: Atlas, 2001	
Bibliografia complementar	
ATKINSON, Anthony A., et all. Contabilidade gerencial . 1a ed., São Paulo; Atlas, 2000. GUERRA, L. Manual de custos para o exame de suficiência . São Paulo:	

Atlas, 2014
 HORNGREN, Charles Thomas, et all. **Contabilidade de custos**. 9a ed., Rio de Janeiro: LTC, 2000.
 LEONE, George S. Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 2a ed., São Paulo: Atlas, 2000.
 LINS, L.S.; SILVA, R..S. **Gestão de custos**. São Paulo, Atlas, 2014

Disciplina: Gestão de Pessoas

Carga horária - 60 aulas

45 horas

Período/módulo: 2º módulo

Ementa

A interação entre pessoas e organizações. O sistema de administração de recursos humanos. Subsistema de provisão na gestão de recursos humanos – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de aplicação – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de manutenção – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de desenvolvimento – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de monitoração – objetivos e atividades envolvidas. Principais tendências nos diferentes processos da administração de recursos humanos.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Luis César G. de – **Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2009
 CHIAVENATO, Idalberto – **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
 CHIAVENATO, Idalberto – **Recursos Humanos: O capital humano das organizações**. São Paulo: Elsevier, 2009.

Bibliografia complementar

CARVALHO, Antonio Vieira de - **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo. Cengage, 2011.
 DUBRIN, Andrew J. – **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo. Thompson, 2003.
 MILKOVICH, George T.; Boudreau, John W. – **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo. Atlas, 2011
 VERGARA, Sylvia Constant – **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2009.
 SILVA, M.O.S. **Gestão de Pessoas através do sistema de competências**. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2005.

Disciplina: APC 2 – Atividades de Práticas de Contabilidade	
Disciplina: Libras (optativa)	
Carga horária - 40 aulas	30 horas
Período/módulo: 2º módulo	
Ementa	
Linguagem Brasileira de Sinais - O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras / Português; técnicas de tradução Português / Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.	
Bibliografia Básica	
BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas . 3 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.	
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Saberes e práticas da inclusão . Brasília: [s.n.], 2005. Fascículo 1 (Educação infantil). Disponível em www.dominiopublico.gov.br 64	
SILVA, Angela Carrancho (et.al.). Surdez e bilinguismo . Eulalia Fernandes IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Gerência de Saúde 31 (Organizadora). 3 ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.	
Bibliografia complementar	
CAPOVILLA, F. C. ENCICLOPÉDIA DA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: O Mundo do Surdo em Libras . Educação. V.1. São Paulo: EDUSP, 2009.	
CAPOVILLA, F. C. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira . Colaboração de Walkiria Duarte Raphael. 2 ed. V.1. São Paulo: EDUSP, 2008.	
GOES, M. C. R. de. Linguagem, surdez e educação . Campinas: Autores Associados, 2002. -GOLDFELD, M. A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . São Paulo: Plexus, 2002.	
SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas . São Paulo: Plexus, 2007.	

3º Módulo

Disciplina: Inglês Instrumental	
Carga horária - horas: 40 aulas	30 horas
Período/módulo: 2º módulo	
Ementa	
Leitura e compreensão de textos da área contábil Análise e produção textual: resumos, emails, job interviews	
Bibliografia Básica	
BRENNER, Gail. Inglês para leigos , 2 ed. Editora satlin Alta Consult, 2010	
DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky. Aprendendo inglês como segundo idioma para leigos . Editora Books, 2011	
MARQUES, Amadeu. Prime time: inglês para ensino médio . São Paulo:	

Ática, 2012.

Bibliografia complementar

CAMPOS, Giovana Teixeira. **Manual compacto de gramática da língua inglesa**. São Paulo: Rideel, 2010

COLLIS DICTIONARES. Collins **Dicionário inglês/português**. São Paulo: Disal, 2009

MICCOLI, Laura. **Ensino e aprendizagem de inglês**. Editora Pontes, 2010

ROSE, Luiz Henrique Pereira. 1001 palavras que você precisa saber em inglês. Editora Disal, 2006

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007

Disciplina: Planejamento Financeiro e Orçamentário

Carga horária - horas: 80 aulas

60 horas

Período/módulo: 3º módulo

Ementa

Educação financeira. Necessidade de capital de giro. Demonstração de fluxo de caixa. Estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade. Alavancagem operacional, financeira e mista. Decisões com base na margem de contribuição. Planejamento e controle Orçamentário. Orçamento de vendas. Orçamento de Produção. Orçamento de despesas operacionais. Orçamento de investimentos. Orçamento de caixa.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo. Atlas, 2014.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**. São Paulo. Atlas, 2014.

SOUZA, A. B. **Curso de administração financeira e orçamento: princípio e aplicações**. São Paulo. Atlas, 2014.

Bibliografia complementar

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. Pearson Education, 2004.

KAPLAN, Robert S. & outros. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. Atlas 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2010

WELSCH, Glenn A. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2014

Disciplina: Análise das Demonstrações Contábeis

Carga horária: 80 aulas

60 horas

Período/módulo: 3º módulo

Ementa

Análise horizontal e vertical. Indicadores de análise. Análise de balanço por meio de indicadores. A inflação e a análise de balanços. Relatórios da análise de balanço.

Bibliografia Básica	
HOJI, M. Administração financeira e orçamentária . São Paulo. Atlas, 2014.	
MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços . São Paulo. Atlas, 2010	
SILVA, A. A. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis : ampliada e atualizada conforme Lei n. 11638/07, 11941/09 e pronunciamentos CPC. São Paulo. Atlas, 2014.	
Bibliografia complementar	
MARION, J. C. Contabilidade empresarial . São Paulo. Atlas 2012.	
GITMAN, L. Princípios da administração financeira . São Paulo. Pearson Education, 2004.	
SANTOS, J. O. Finanças pessoais para todas as idades : um guia prático. São Paulo. Atlas, 2014.	
SILVA, J. P. Análise financeira das empresas . São Paulo. Atlas, 2013.	
SUNDER, S. Teoria da contabilidade e do controle . São Paulo. Atlas, 2014.	

Disciplina: Contabilidade Gerencial	
Carga horária : 80 aulas	60 horas
Período/módulo: 3º módulo	
Ementa	
A natureza da Contabilidade Gerencial. Função e atribuições do controller na organização. Controle interno. Análise de custo/volume/lucro. Ponto de equilíbrio. Custo padrão. Formação do preço de venda com base na margem de contribuição. Lucro empresarial e variação de preços. Alavancagem Operacional e Financeira. Informações contábeis para decisões especiais. Aplicação de métodos quantitativos na Contabilidade gerencial. Análise divisional / preços de transferência.	
Bibliografia Básica	
CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Contabilidade Gerencial : teoria e prática. São Paulo. Atlas. 2014.	
PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial . São Paulo. Atlas, 2007.	
OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. Controladoria estratégica : textos e casos práticos com solução. São Paulo. Atlas, 2014.	
Bibliografia complementar	
LINS, L.S.; SILVA, R. N. S. Gestão de custos: contabilidade, controle e análise . São Paulo,.Atlas, 2014.	
MARION, J. C. Contabilidade empresarial . São Paulo. Atlas, 2012.	
MARION, J. C. Contabilidade básica . São Paulo. Atlas, 2010.	
SUNDER, S. Teoria da contabilidade e do controle ,São Paulo. Atlas, 2014.	
VELHANI, C. L. Introdução à contabilidade . São Paulo. Atlas, 2014.	

Disciplina: Contabilidade Fiscal e Tributária	
Carga horária: 60 aulas	45 horas
Período/módulo: 3º módulo	
Ementa	
Princípios tributários. Elementos fundamentais dos tributos. Base de cálculo e alíquotas. Tributos federais. Tributos estaduais. Tributos municipais. Custo Brasil e encargos sobre a mão de obra. Formação do preço de venda considerando os tributos. Simples nacional.	
Bibliografia Básica	
FABRETTI,L.C. FABRETTI,D. R.;MUNHOS,J.L. Contabilidade tributária . São Paulo: Atlas, 2014 OLIVEIRA, G.P. Contabilidade tributária . São Paulo: saraiva, 2008 PEREZ JR, J.R. OLIVEIRA,L.M. GOMES,M.B. CHIEREGATO, R. Manual de contabilidade tributária : textos e testes com as respostas . São Paulo: Atlas,2014.	
Bibliografia complementar	
ANDRADE,E.S.M.;LINS,L.S.; BORGES,V.L. Contabilidade tributária: um enfoque prático as áreas federal, estadual e municipal .São Paulo: Atlas,2014 BORGES,H.B. Planejamento tributário – IPI.ICMS,ISS e IR . São Paulo, Atlas,2014 CHAVES,F.C. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada . São Paulo, Atlas,2014 MARION,J.C. Contabilidade básica . São Paulo: Atlas, 2010 MARION,J.C. Contabilidade empresarial . São Paulo: Atlas, 2012	

Disciplina: APC 3 – Atividades Práticas de Contabilidade	
Carga horária: 40 aulas	30 horas
Período/módulo: 3º módulo	
Ementa	
Tema a ser desenvolvido: Planejamento Financeiro e Análise das Demonstrações Contábeis (e ou demais temas que envolvam o 3º módulo) Fundamentação Teórica das disciplinas que compõem o núcleo específico do módulo.(referente ao tema e ao aspecto ou desafio que será analisado e para o qual haverá sugestões de melhoria). Aplicação da teoria em caso real.	
Bibliografia Básica	
HOJI, M. Administração financeira e orçamentária . Atlas, 2014. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços . Atlas, 2010 SOUZA, A. B. Curso de administração financeira e orçamento: princípio e aplicações . Atlas, 2014	
Bibliografia complementar	

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. Pearson Education, 2004.
 MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. Atlas 2012.
 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2014
 SANTOS, J. O. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. Atlas, 2014
 SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. Atlas, 2013.

Disciplina: Direito do Consumidor e Direito Empresarial	
Carga horária: 60 aulas	45 horas
Período/módulo: 2º módulo	
Ementa	
<p>O Direito Empresarial e o processo de constitucionalização do Direito Privado. A função social e a responsabilidade social da empresa. Mudanças introduzidas pelo Código Civil de 2002: empresário individual e sociedades empresárias. Constituição, nome, classificação e dissolução das sociedades empresárias. Direitos e obrigações empresariais. Noções básicas de Direito do Consumidor: Atribuições dos Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais no Código de Defesa do Consumidor.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>BRASIL. Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2014. FERNANDES, Jean Carlos. Direito Empresarial Aplicado. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. NUNES, Luis Antonio Rizzato. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>	
Bibliografia complementar	
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2014. BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva: 2014. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2013. FAZZIO, Fabio Junior. Manual do Direito Comercial. São Paulo: Atlas, 2014. MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societário. São Paulo: Atlas, 2012.</p>	

9 METODOLOGIA DO CURSO

Tradicionalmente, a Educação Profissional é vista como formação de mão de obra para o mercado. Isso costuma ser defendido em face da hegemonia discursiva

que alerta a falta de qualificação e não a falta de emprego. Por isso, o curso adota uma visão de educação profissional como formação não para o mercado de trabalho, mas para o mundo do trabalho.

O mundo do trabalho inclui todas as relações que o homem estabelece na produção de sua existência; relações sociais, jurídicas etc. Toma o trabalho como princípio educativo, entendendo que resultam do trabalho humano, portanto, não apenas os produtos diretamente necessários à sobrevivência humana, mas também toda a estrutura social. Essa centralidade implica em que as relações de trabalho se tornem categorias-chave para o entendimento da estrutura social, política, jurídica. Por meio do trabalho, os homens estabelecem relações entre si, transformam a natureza, a si mesmos e às relações sociais.

O Art. 6º da Resolução Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, dentre outras a relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante; a identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.

O projeto político-pedagógico do curso permite o uso de múltiplos meios (mídias) para que se busquem os objetivos educacionais propostos na justificativa do curso oferecido. Cada metodologia tem sua especificidade e pode contribuir para que se atinjam determinados níveis de aprendizagem com maior grau de facilidade e que se possa atender à diversidade e heterogeneidade do público alvo.

O Curso Técnico em Contabilidade, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Câmpus Muzambinho, na modalidade presencial, utilizará materiais didático impressos como um dos principais meios de socialização do conhecimento e de orientação do processo de aprendizagem. A participação ativa dos alunos, a atuação forte do professor, o aproveitamento eficiente do tempo em sala de aula, a instigação constante da curiosidade e da consciência crítica serão norteadores da ação para que os alunos desenvolvam as habilidades, competências e valores inerentes à área de atuação,

prosseguimento nos estudos e participação nos vestibulares e no Enem, sem prejuízo da instigação para a formação propriamente humanística.

A realização de trabalhos e pesquisas por parte dos docentes junto aos alunos, com o apoio da equipe técnica do Câmpus, em empresas e instituições da região, busca incentivar e dar suporte ao aprendizado e aperfeiçoamento do conhecimento adquirido pelo aluno em sala de aula. Além disso, cabe aos projetos desenvolvidos, buscar a interdisciplinaridade, promovendo a integração das disciplinas, fornecendo ao educando uma visão sistêmica integrando os aspectos sustentáveis – econômicos, sociais, ambientais e étnicos - na essência das disciplinas.

10 INCLUSÃO EDUCACIONAL NO CURSO

O NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) auxilia nas ações de inclusão no Câmpus, de acordo com o art. 59 da LDB, sobre adaptações a que os alunos têm direito. O objetivo da iniciativa é consolidar uma política de educação inclusiva atendendo o propósito da inclusão escolar, atuando diretamente no contexto escolar, disseminando conceitos, divulgando experiências e sensibilizando as comunidades escolares para a questão das necessidades específicas. São ações do NAPNE, instituído pela Resolução 030/2012/CONSUP – órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva, tendo as seguintes competências:

I – Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;

II – Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do discente, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil.

III – Assegurar ao discente com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;

IV – Propiciar o envolvimento da família do discente com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção

do educando no mundo do trabalho.

V – Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular.

VI – Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil.

VII – Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais

VIII – Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos discentes com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade.

IX – Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias.

X – Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os discentes com necessidades especiais.

Em consonância com o NAPNE foram elaboradas as seguintes orientações, parte fundamental dos Projetos Pedagógicos de Cursos, garantindo-se o que determina a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96), Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 e Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 , as quais devem ser observadas por todos os envolvidos no processo educativo. Diante disso, os alunos que apresentarem características ou apresentarem laudos que indiquem que os mesmos possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso Técnico em Contabilidade subsequente serão acompanhados pelo NAPNE. O grupo de profissionais que compõem o núcleo buscará apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, para realizar uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a

outros profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas limitações, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFSULDEMINAS.

11 COLEGIADO DE CURSO

A Resolução Nº 33 de 2014 determina que o Colegiado de Curso é um órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso é constituído por:

- I. Coordenador de curso;
- II. Dois representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes;
- III. Dois representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.
- IV. Dois representantes discentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente todo início de semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocado pela Coordenadoria Geral de Ensino, pelo Coordenador de Curso, por requerimento de (2/3) dois terços dos seus membros, com indicação do motivo e convocação com antecedência mínima de (48) quarenta e oito horas.

Compete ao Colegiado de Curso:

- Aprovar o projeto pedagógico do curso;
- Deliberar sobre os projetos relativos aos cursos de aperfeiçoamento, extensão, atualização e treinamento;
- Aprovar o plano geral de atividades do curso;
- Avaliar o desempenho do corpo docente;
- Deliberar sobre propostas de medidas disciplinares contra o pessoal docente, encaminhada pelo curso;
- Deliberar sobre normas de prestação de serviços à comunidade relacionada ao curso;

- Acompanhar o processo de aprendizagem do corpo discente;
- Deliberar sobre alterações e/ou modificações do currículo do curso com observância das diretrizes curriculares;
- Aprovar os projetos de ensino, pesquisa e extensão considerados relevantes para a melhoria da qualidade do ensino;
- Aprovar o relatório das atividades encaminhado pelo coordenador de curso;
- Exercer as demais atribuições decorrentes da legislação em vigor e deste regimento.

12 ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular do Curso Técnico de Contabilidade, com o objetivo geral de propiciar aos alunos a oportunidade de relacionar a teoria aprendida no curso com a prática desenvolvida no Estágio.

O Estágio deve estar associado ao processo de aprendizagem, complementando a formação dos estudantes, devendo o mesmo ser realizado sob a supervisão de um docente do Instituto Federal do Sul de Minas. O estágio tem os seguintes objetivos:

- Integrar formação técnica e atividade profissional, possibilitando a articulação teórico-prática, o debate e a reflexão sobre a realidade da administração;
- Oportunizar ao aluno o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes apropriadas para atuação como futuro profissional da administração a partir da inserção nas instituições concedentes de estágio;
- Consolidar conhecimentos nas áreas de competência dos cursos;
- Facilitar o período de adaptação do aluno ao mercado de trabalho, oferecendo-lhe meios para autocritica na formação técnica – profissional;
- Auxiliar no processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequação às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas;
- Atender aos interesses técnicos e científicos das unidades concedentes de estágio no sentido de se obter reciprocidade de atendimento e interesse no estágio;

O aluno deverá cumprir 150 horas de estágio supervisionado e este deverá ser realizado em ambiente que desenvolva atividades na linha de formação do

estudante, preferencialmente em ambiente extraescolar. Deverá estar regularmente matriculado e com o compromisso de concluí-lo durante a vida escolar, com início previsto a partir do segundo módulo do curso. Ao longo do último semestre do curso, os alunos deverão apresentar o comprovante de cumprimento da carga horária estipulada e o Relatório e sobre as atividades desenvolvidas.

A avaliação e o registro da carga horária do estágio obrigatório só ocorrerão quando a Instituição concordar com os termos da sua realização, que deverá estar de acordo com a Proposta Político Pedagógica do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho e deverá ser precedida pela celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

13 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional do aluno do curso Técnico em Contabilidade encontra respaldo nas atividades práticas desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Dentre as principais atividades previstas na prática profissional durante o processo de ensino e aprendizagem, constam:

Visita técnica: visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado. A visita técnica proporciona vivência prévia das condições de ambiente de trabalho e pode ser considerada como aula se estiver prevista no plano de ensino.

Atividade de extensão: atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, oficina, visita técnica, encontros etc.) e, que desenvolva conteúdo trabalhado em sala de aula ou em ambiente alternativo de aprendizagem. Pode ser considerada como aula se estiver prevista no plano de ensino.

Atividade de pesquisa científica: atividade complementar orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica.

14 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Para o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores é realizado o processo de análise dos estudos concluídos em outro curso. A dispensa de disciplina de curso equivalente já realizado deve ser solicitada pelo aluno para a coordenação de curso nos prazos previstos no calendário, com apresentação de histórico escolar e a matriz curricular com os programas dos componentes curriculares, objeto da solicitação. A dispensa dos Componentes Curriculares é analisada por docente(s) especialista(s) do componente curricular requerido para o aproveitamento, considerando as seguintes situações:

A carga horária apresentada deve ser igual ou superior a carga horária prevista no componente curricular do curso pleiteado;

A avaliação da correspondência de estudos deve recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares apresentados e não sobre a denominação dos componentes curriculares cursados;

Serão aproveitados componentes curriculares cujos conteúdos coincidirem em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com os programas dos componentes curriculares do respectivo curso oferecido pelo Instituto Federal do Sul de Minas;

O aluno pode obter dispensa, por aproveitamento de estudos, de, no máximo, 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso. Este processo é efetivado através da análise da matriz curricular; Não é aceito o aproveitamento de estudos para componentes curriculares(s) em que o requerente tenha sido reprovado;

O(a)s estudante(s) de nacionalidade estrangeira ou brasileiros(as) com estudos realizados no exterior devem apresentar documentação legalizada por via diplomática e com equivalência concedida pelo respectivo sistema de ensino;

O estudante deve cursar os componentes curriculares em que tenha solicitado dispensa enquanto aguarda parecer de pedido de dispensa.

O discente terá 30 (trinta) dias após o início do semestre letivo, para requerer a dispensa dos conteúdos curriculares

15 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A visão de avaliação que permeia a concepção do Curso Técnico em Contabilidade é de que ela é componente do processo pedagógico, que perpassa

todo esse processo. A avaliação não serve ao fim do processo para classificar entre aptos e não aptos, mas serve para reorientar o processo de ensino, para que o aluno possa conhecer seu próprio processo de desenvolvimento. Incentiva-se o uso de diferentes instrumentos e técnicas de avaliação, a fim de que a avaliação do processo educativo possa valorizar diferentes habilidades.

De acordo com o que foi definido pelo IFSULDEMINAS, no Regimento Acadêmico dos cursos técnicos, Resolução nº 031/2013, de 11 de outubro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos da Educação Técnica Profissional de fica estabelecido que:

No item frequência:

Art 15. É obrigatória, para aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina.

§1º O controle da frequência é de competência do docente, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência. Com ação preventiva, o docente deverá comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de assistência ao Educando ou outro setor definido pelo câmpus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo.

§2º Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo entregues diretamente no setor definido pelo campus em que o discente está matriculado.

a. Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser comunicada por ele, ou responsável, ao setor definido pelo campus até 2 (dois) dias após a data de aplicação. Formulário devidamente preenchido deverá ser apresentado ao mesmo setor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de seu retorno à instituição. Neste caso, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia.

§3º são considerados documentos para justificativa da ausência:

I Atestado médico

II Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus

III Declaração de participação em evento acadêmico, científico e cultural sem apresentação de trabalho e

IV Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina

§4º O não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação da

disciplina.

Art 16. Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada falta e o conteúdo não será registrado.

Art 17. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

No item “ Verificação do rendimento escolar e da Aprovação”, fica estabelecido que

Art 18. O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

Parágrafo único O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

Art 22. Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo:

I – O discente será considerado APROVADO, quando tiver nota as disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.

II – O discente que alcançar nota inferior a 60% na disciplina terá direito à recuperação. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDr) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDr) for menor que a nota a disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III – Terá direito ao exame final, ao término do módulo/período, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% e inferior a 60,0% e frequência igual ou superior a 75% na disciplina. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média aritmética da média da disciplina após a recuperação mais a nota do exame final

a. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final

b. Estará REPROVADO o discente que obtiver nota da disciplina inferior a 60%, ou frequência inferior a 75% na disciplina.

Condição	Situação final
MD \geq 60% E FT \geq 75%	APROVADO
MD SEMESTRAL < 60%	RECUPERAÇÃO SEMESTRAL
30% \leq MD ANUAL < 60% E FT \geq 75%	EXAME FINAL
MD ANUAL < 30% ou NF < 60% ou FT < 75%	REPROVADO

MD – média disciplina

FT – frequência total das disciplinas

NF – nota final

Art 23. O discente terá direito a revisão de nota do exame final desde que requerida na SRA ou SER num prazo máximo de 2(dois) dias úteis após a publicação da nota.

Art 24. O discente deverá repetir a disciplina do módulo/período que foi reprovado.

Art 25. A reprovação em número superior a 2 (duas) disciplinas em cursos que oferecem até 6 (seis) disciplinas semestrais ou reprovação em 3 (três) disciplinas em cursos que oferecem acima de 6 (seis) disciplinas semestrais acarretará a retenção no módulo/período devendo cumpri-las primeiramente para continuar sua promoção.

Parágrafo único: Caso o discente tenha ficado reprovado em até 2 ou 3 disciplinas conforme previsto no caput deste artigo poderá, se houver horário, matricular-se no módulo/período seguinte acrescido dessas disciplinas.

Art 26. O discente que tiver mais de 3 (três) disciplinas reprovadas simultâneas, independentemente do módulo/período, somente poderá cursá-las o final do curso.

Art 27. O discente terá o dobro do tempo normal do curso contando a partir da data do ingresso no primeiro período como prazo máximo para a conclusão do mesmo.

Parágrafo único. Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.

16 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Pessoal Docente:

Docente	Qualificação
Augusto Márcio da Silva Junior	Graduação em Ciência da Computação (Universidade José do Rosário Velloso) Especialização em E-commerce (PUC Minas)

	MBA Gestão Estratégica de TI (FGV)
Carlos Donizetti dos Reis	Graduação em Ciências Contábeis (UNIFEG) Pós-graduação em Gestão Pública (IFSULDEMINAS)
Carlos Renato Soares	Licenciatura em Matemática (UEMG) Pós-graduação em educação (UFLA) Mestrado em Educação Matemática (UFJF)
Cristina Lúcia Janini Lopes	Graduação em Administração de Empresas (Universidade São Judas) Pós-graduação em Administração Financeira (Unifeg) Mestre em Administração e Política de Recursos Minerais (Unicamp) Doutoranda em Engenharia de Produção (Ufscar)
Darlei Donizetti Machado	Graduação em Ciências Contábeis (UNIFEG)
Erasmus Aparecido Piccolo	Graduação em Ciências Contábeis (Jahu) Mestrado em Ciências Contábeis (FECAP) Licenciatura Plena em matemática (Faculdade Auxilium de Filosofia Ciências e Letras de Lins) Especialista em contabilidade gerencial e controladoria (Faculdade Sant'ana) Especialista em comércio exterior (Faculdade Sant'ana) Especialista em matemática financeira e estatística (Universidade Candido Mendes) especialista em gestão empresarial pela Universidade Cândido Mendes
Gustavo Kyoshi Pereira Shinoda	Graduação em Ciência da Computação (UNIS) Pós-graduação em Práticas Pedagógicas (UFOP) Especialização em Tecnologia em Linguagem Java (IFSULDEMINAS) Licenciatura em Matemática (UNIFRAN)
Laura Fátima Matias de Carvalho	Graduação em Letras (UNIFEG) Pós-graduação em Língua Portuguesa (SÃO LUIS) Curso de espanhol (WIZARD)
Márcia Aparecida de Paiva Silva	Graduação em Gestão do

	Agronegócio (UFV) Mestrado em Economia Aplicada (UFV)
Suzana Maria Gauer Vieira	Graduação em Direito (UNISINOS) Pós-graduação em Filosofia (UFOP) Pós-graduação em Direito do Trabalho (FADIPA-ANAMAGIS) Mestrado em Direito Público (UFSC) Doutorado em Direito (UNISINOS)

Pessoal Técnico – Administrativo

Quanto ao apoio técnico-administrativo de recursos humanos, o Curso Técnico em Contabilidade, conta com o serviço de profissionais de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria aos coordenadores de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição e acompanhamento didático-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. Todo apoio é fornecido por profissionais das áreas de Assistência aos Alunos, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Enfermaria, Auxiliares e demais níveis da carreira técnico administrativa e direção dos setores.

São pelo menos 16 servidores envolvidos diretamente no apoio à oferta do curso:

CARGO	REGIME DE TRABALHO
Coordenação de Estágios e Egressos	40 horas
Coordenador do Setor de Limpeza	40 horas
Coord.Núcleo de Tecnologia da Informação	40 horas
Bibliotecário	40 horas
Pedagogo	40 horas
Chefe do Setor de Transportes	40 horas
Coordenador de Apoio à Infraestrutura pedagógica	40 horas
Informática	40 horas
Técnico em Assuntos Educacionais	40 horas
Nutricionista	40 horas
Assistente Social	40 horas
Psicóloga	40 horas
Coordenador de Assistência ao Educando	40 horas
Assistente de Alunos	40 horas
Chefe do Setor de Serviços Gerais	40 horas
Pesquisadora Institucional	40 horas

Quadro 2. Técnicos Administrativos envolvidos no Projeto Pedagógico.

17 PERFIL DE CONCLUSÃO, DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao concluir a sua qualificação profissional o egresso do Curso Técnico em Contabilidade deverá demonstrar um perfil que lhe possibilite:

- Compreender e analisar procedimentos relacionados à gestão do ciclo financeiro;
- Coordenar operações relacionadas aos ciclos contábil, comercial, industrial, bancário e público;
- Avaliar processos de elaboração dos orçamentos financeiro, administrativo, industrial, comercial, patrimonial e outros;
- Analisar e interpretar a estrutura das demonstrações contábeis;
- Agir de acordo com as normas e procedimentos enunciados no Código de Ética Profissional, com responsabilidade social, com conhecimento dos aspectos humanos envolvidos no trabalho em equipe, para atingir a qualidade requerida no exercício da profissão.

O aluno aprovado em todas as disciplinas dos três Módulos que compõem o Curso ficará habilitado como Técnico em Contabilidade, e receberá diploma e histórico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

18 INFRAESTRUTURA

O Câmpus Muzambinho conta com uma vasta estrutura educacional para atender aos alunos de toda a região. As instalações enquadram-se aos padrões de ensino para um grande aproveitamento dos alunos nas atividades práticas.

O Câmpus possui laboratórios devidamente equipados com datashow, computador e lousa. Conta com ferramentas de software instaladas para suprir a necessidade das disciplinas relacionadas, com instalação a suíte de aplicativos BrOffice utilizada em aulas de informática básica e outros software utilitários.

A Biblioteca possui um acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas do curso ofertado. Possui o número de exemplares de acordo com o número de alunos, além disto, dispõe de outros recursos como periódicos, revistas e

ainda, pela concepção de amplitude de meios de comunicação. A biblioteca é informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas *on-line*, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o acesso ao conhecimento.

O Curso técnico em Contabilidade funciona na Unidade Prof. José Januário Magalhães e dispõe do apoio de todos os departamentos no Câmpus. Esta unidade possui laboratório de informática, equipamentos de datashow, salas de aula, biblioteca, sala de coordenação e sala de professores.

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESOLUÇÃO Nº 031, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013 – Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 30 DE ABRIL DE 2014 - **Regimento Interno do Colegiado de Cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.**

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília, 2012. Disponível em: Acesso em: 10 de maio de 2015.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 01/05/1943, e a Lei nº. 9.394, de 20/12/1996; revoga as Leis nº. 6.494 de 07/12/1977, a nº. 8.859, de 23/03/1994, o parágrafo único do artigo 82, da Lei nº.

9.394, de 20/12/1996 e o artigo 6º. Medida Provisória nº. 2.164-41, de 24/08/2001.

_____. Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão-Secretaria de Recursos Humanos. Orientação Normativa nº. 7 de 30/10/2008. **Estabelece a Orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.** Brasília, 2008.

_____. Resolução CNE/CEB nº.4, de 8 de dezembro de 1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.** Brasília, 1999. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaresolucao04_99.pdf>

_____. Parecer CNE/CEB nº. 16/99, de 05 de outubro de 1999. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.** Brasília, 1999. IFSULDEMINAS. Conselho Superior. Resolução nº. 059, de 18 de agosto de 2010. Dispõe sobre a aprovação da normatização para estágios. Pouso Alegre, 2010.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº. 063**, de 10 de setembro de 2010. Dispõe sobre aprovação dos projetos pedagógicos do IFSULDEMINAS – Campus Machado. Pouso Alegre, 2010.